



UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS

CURSO DE LETRAS

SÂMELA NUNES SOUZA

**ACESSOS E DESAFIOS DE UM ACADÊMICO CADEIRANTE DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIDADE
UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS.**

Jardim – MS

2017



SÂMELA NUNES SOUZA

**ACESSOS E DESAFIOS DE UM ACADÊMICO CADEIRANTE DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIDADE
UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS.**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras
Habilitação Português – Inglês da Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof.^a Dra. Patrícia Alves Carvalho

JARDIM - MS

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

ACESSOS E DESAFIOS DE UM ACADÊMICO CADEIRANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS.

SOUZA, Sâmelâ Nunes

ACESSOS E DESAFIOS DE UM ACADÊMICO CADEIRANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS, Sâmelâ Nunes Souza. Jardim: UEMS, 2017, P.37

Bibliografia

Monografia de Graduação – Curso de Letras Habilitação Português – Inglês – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Palavras Chaves: Curso de licenciatura em Letras; Educação Especial; Acadêmico cadeirante; Inclusão.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia (s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apenas para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

SÂMELA NUNES SOUZA

Jardim/MS



CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO POTUGUÊS / INGLÊS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Sâmela Nunes Souza

**ACESSOS E DESAFIOS DE UM ACADÊMICO CADEIRANTE DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIDADE
UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS.**

APROVADO EM: _____/_____/_____

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Alves Carvalho
UEMS - Jardim

Prof^a. Me. Cássia Julita Dresch
UEMS - Jardim

Prof^o. Dr. Neurivaldo Campos Pedroso Júnior
UEMS - Jardim

A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora, pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar.

Thaís Moraes (2013)

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé e ao meu avô paterno Athos de Mello que é meu maior exemplo.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e inteligência para superar todas as minhas dificuldades e conseguir chegar onde hoje estou. Mas graças a Deus, que nos dá a vitória por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. 1 Coríntios 15:57.

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e todo seu corpo docente, além da direção e a administração, que realizam seu trabalho com tanto amor e dedicação, trabalhando incansavelmente para que nós, estudantes, possamos contar com um ensino de extrema qualidade.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a.Dr^a. Patrícia Alves Carvalho pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho.

Agradeço de forma especial ao meu pai Aramis Cabral e à minha mãe Rose Nunes, por não medirem esforços para que eu pudesse levar meus estudos adiante, por confiarem em mim e estarem do meu lado em todos os momentos da minha vida. Agradeço à minha irmã Samilly Nunes e aos meus avós paternos e maternos que sempre torceram e oraram por mim.

Agradeço o apoio dos meus amigos que sempre me deram palavras de ânimo, em especial meu amigo Eliel Sidrônio que contribuiu com sua história de vida para essa pesquisa, meu amigo Wellington Barbosa, que na hora em que mais precisei me apoiou e me deu força e minha amiga Marivan Barbosa que foi minha companheira de estágio e trabalhos exercidos na universidade.

Não posso deixar de citar alguns nomes que contribuíram direta e indiretamente para que esse sonho se realizasse, aos meus tios Rudi Carlos e Lurdes Quintana, aos amigos Martinha Mendonça, Diego Morelli, Felipe Onésimo, Viviane Nunes, Wilvis Resende e ao casal Léia Viana e Everton Camargo.

Agradeço à todos de coração pelo apoio e que Deus abençoe!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender, apresentar e refletir os acessos e desafios de um acadêmico cadeirante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A pesquisa é de caráter qualitativo e como instrumento para sua realização foram utilizadas perguntas abertas a partir de entrevista semiestruturada. Esta pesquisa surgiu da necessidade de responder alguns questionamentos como ocorre o processo de inclusão no espaço escolar? Quais os acessos e desafios encontrados por um acadêmico cadeirante do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul? Assim, este estudo buscou conhecer a história de vida deste acadêmico que é o sujeito desse estudo, compreender quais os acessos e desafios encontrados nas questões arquitetônicas, sociais e outros, durante sua história escolar e seu processo de formação profissional, traçando uma relação da realidade com os estudos teóricos atuais sobre inclusão. A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com um acadêmico cadeirante do Curso em Licenciatura em Letras- Português/Inglês. Para fundamentar o trabalho, utilizamos os estudos e leituras de referências pertinentes ao tema da pesquisa, bem como documentos da UEMS e documentos norteadores que falam especificamente da educação especial. Ao fim desta pesquisa conclui-se que embora muitos tenham sido os avanços em relação à educação especial, a inclusão em si ainda não aconteceu. Cabe a nós, futuros professores, além de todos os outros responsáveis, poder público, educadores, família, sociedade em geral, estarmos buscando reconstruir e repensar o processo de prática pedagógica e a integração desses estudantes em sala de aula, uma vez que, mesmo com muito trabalho, esforço e resultados positivos, há a consciência e a clareza de que sempre existirão desafios e algo a ser melhorado na busca por uma educação efetiva.

Palavras-chave: 1. Curso de licenciatura em Letras; 2. Educação Especial; 3. Acadêmico cadeirante; 4. Inclusão.

ABSTRACT

The present work aims to understand, present and reflect the accesses and challenges of an academic chairperson of the State University of Mato Grosso do Sul. The research is of a qualitative nature and as a tool for its realization, questions were used from a semi-structured interview. This research arose from the need to answer some questions such as the process of inclusion in the school space? What are the accesses and challenges encountered by an academic in the course of Letters of the State University of Mato Grosso do Sul? Thus, this study sought to know the life history of this academic who is the subject of this study, to understand the accesses and challenges encountered in architectural, social and other issues during his school history and his professional formation process, drawing a relation of reality with current theoretical studies on inclusion. The research was carried out at the State University of Mato Grosso do Sul, with an academic chair of the Course in Licentiate in Portuguese / English. To base the work, we use the studies and reference readings pertinent to the research theme, as well as UEMS documents and guiding documents that specifically speak of special education. At the end of this research it is concluded that although many have been the advances in relation to the special education, the inclusion in itself has not happened. It is up to us, future teachers, in addition to all other responsible, public authorities, educators, family, society in general, to seek to reconstruct and rethink the process of pedagogical practice and the integration of these students in the classroom, since even with a lot of work, effort and positive results, there is the awareness and clarity that there will always be challenges and something to be improved in the search for an effective education.

Keywords: 1.Degree in Literature; 2.Special education; 3.Academic chairwoman;
4.Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM – MS.....	14
1.1. Breve histórico do curso de licenciatura em Letras.....	14
1.2. Apresentando a proposta pedagógica do curso de Letras.....	18
1.3. Apresentando o currículo do curso de Letras.....	19
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
2. Breve histórico sobre a educação especial.....	21
2.1. A educação especial e o currículo da escola.....	22
2.2. Educação especial e o processo de inclusão.....	25
CAPÍTULO 3 – UM ACADÊMICO CADEIRANTE NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM – MS.....	28
3.1. Eliel e sua história.....	28
3.2. Eliel e sua formação profissional.....	32
3.3. Eliel professor.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS.....	39
APÊNDICES.....	41

INTRODUÇÃO

Inicialmente, podemos destacar a importância do processo de inclusão, sabendo que na atualidade, esta é uma temática trabalhada diariamente, e que se torna essencial para o desenvolvimento e a interação social presente nas diversas situações vivenciadas pelos estudantes no dia a dia, tanto escolar como extraescolar.

Questionamentos que nasceram durante estudos realizados nas aulas de Tópicos em Educação Especial no ano de 2017, do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - MS, que trabalha a importância da inclusão e do desenvolvimento de habilidades relacionadas a ela para uma efetiva interação social do indivíduo como um todo, estimulando assim a necessidade de uma reflexão sobre a prática de ensino adotada e as ações propostas para se trabalhar o estímulo a permanência do estudante deficiente dentro do ambiente escolar.

Esta pesquisa justifica-se devido à necessidade de responder questionamentos como: como ocorre o processo de inclusão no espaço escolar? Quais os acessos e desafios encontrados por um acadêmico cadeirante do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul?

O objetivo desse estudo é conhecer a história de vida deste acadêmico, compreender quais os acessos e desafios encontrados nas questões arquitetônicas, sociais e outros, durante sua história escolar e seu processo de formação profissional, traçando uma relação da realidade com as legislações e propostas de inclusão vigentes.

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com um acadêmico de 4º Ano de Letras, cadeirante, por meio de observação, registro em caderno de campo e um questionário com questões abertas.

Sobre o sujeito da pesquisa cabe destacar que o mesmo, frequenta o curso de Letras há mais de três anos, no período noturno, tem 23 anos e é um estudante participativo.

Ao decorrer do tempo, muito se tem debatido sobre a importância da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas, tendo como norteadores, projetos, leis e portarias que defendem e estimulam a inclusão, procurando promover e garantir o acesso ao espaço escolar, visando ofertar o atendimento e o estímulo deste público através de pedagogias diversificadas e atendimento educacional especializado.

Vale também destacar que a Educação Inclusiva deve estar presente em todas as metodologias de ensino, buscando atender a todos, ocorrendo então de acordo com Baptista (2006) um atendimento ao estudante que ofereça a possibilidade de construir e reconstruir seus conhecimentos independentemente de suas limitações físicas, intelectuais, emocionais e até linguísticas.

É preciso então lembrar que a inclusão de pessoas com deficiência é tema presente em debates, estudos e leis, isto porque Santos (2012) afirma que há alguns anos o ambiente escolar dividia-se em duas partes, a primeira de estudantes “normais”¹ e a outra dos estudantes com deficiência, separando-os para que se decidisse a melhor metodologia e recursos a serem adotados para a efetivação de seu processo de ensino-aprendizagem.

Os PCNs² destacam que a escola possui uma história de metodologias de exclusão que por muitos anos legitimou-se em políticas e práticas sociais que privilegiam determinado grupo, ou seja, de acordo com o documento do MEC:

(...) a partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. (Brasil, 2007, p.7)

Nota-se que este processo de democratização da escola busca, portanto, aumentar as ações para redução do número de reprovados e desistentes, adotando uma política de combate à desigualdade, iniciado nos artigos da Constituição Federal (1988) e as intensivas e constantes modificações presentes na lei de direitos humanos em busca de um favorecimento à cidadania, e a mudança do modelo de ensino com enfoque tradicional, deixando de lado a ideia de que o professor é o detentor único do conhecimento.

Nesta perspectiva, ao observar a comunidade universitária local, buscou-se compreender como se deu o processo de inclusão e desenvolvimento educacional desse acadêmico, sujeito da pesquisa, analisando, a partir da realidade do curso e do seu depoimento, as dificuldades enfrentadas durante todo seu período de formação.

Essa pesquisa iniciou com a abordagem das legislações sobre educação especial, a leitura e compreensão do projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras da UEMS de Jardim – MS e o estudo de obras teóricas entre elas, Nóvoa (2007), Freire

¹ Termo utilizado pelo autor, não sendo adotado pela pesquisadora.

² Parâmetros Curriculares Nacionais.

(1997), Passini (2005) e documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Declaração de Salamanca (1994) e Constituição Federal (1988).

Essa pesquisa é de cunho qualitativo e apresenta-se como um estudo de caso, que tem por objetivo principal o “estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados” (OLIVEIRA, 2011, p.28).

Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: Entrevista semiestruturada com o acadêmico, ou seja, a realização de uma conversa “face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.” (OLIVEIRA, 2011, P.36), visando buscar e obter informações de caráter pessoal do cadeirante, dando maior ênfase às informações que poderão revelar os seus acessos e desafios nesta caminhada acadêmica.

CAPÍTULO 1 - CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM – MS

Neste capítulo apresenta-se o curso de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português/Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária Jardim – MS, por meio da leitura e estudo da Proposta Pedagógica do Curso.

Inicialmente vale lembrar, que os cursos de formação universitária para professores tiveram seu início na década de 1930, e de acordo com Nóvoa (2012) estes cursos teriam por principal objetivo, preparar os docentes para ministrarem aulas nos cursos secundários, apresentando a proposta de um ano de formação pedagógica, dando em um primeiro momento maior importância ao conhecimento específico de área do que aos conteúdos didático-pedagógicos.

1.1 Breve Histórico do Curso de Licenciatura Em Letras

No ano de 1990 iniciou-se o período de reformas na educação brasileira, e a formação docente passou a ser vista como caminho na implementação de estratégias políticas educacionais, tendo o processo de formação de professores intensificado diante das prerrogativas expressas pela LDB (1998), tornando-se obrigatória a necessidade de uma formação superior, determinando em seu Artigo 62 que todas as instituições escolares devessem priorizar a contratação de profissionais que possuíssem a graduação plena em um curso de licenciatura.

Em consequência disso, durante a década de 90, foi possível observar um crescente investimento relacionado à formação inicial, estimulando profissionais como educadores a construir uma nova identidade profissional.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi criada em 1979 e validada em 1989, na cidade de Dourados - MS, em concordância com seu artigo 48º do Ato das Disposições Gerais e Transitórias. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2012), a UEMS é uma instituição com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais nº.1.543, de 8 de Dezembro de 1994.

Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº. 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº. 08, de 09 de fevereiro de 1994. Mais tarde, por meio do parecer CEE/MS nº. 215 e da Deliberação CEE/MS nº. 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº. 6.602, de 20 de junho de 2002. Por meio da Deliberação CEE/MS nº. 7.447, de 29 de janeiro de 2004, deliberou pelo credenciamento da UEMS até dezembro de 2008. A Deliberação CEE/MS nº. 8955, de 16 de dezembro de 2008, prorrogou o ato de Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pelo prazo de três anos, a partir de 01/01/2009 a 31/12/2011, artigo 68 da Deliberação CEE/MS 9042/2009 prorrogada por mais um ano até 31 de dezembro de 2012. (UEMS, PPP-2012. p.8).

Com isso no ano de 1993, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2012), do Curso de Letras-UEMS foi estimulada a criação de uma comissão para a Implantação da Universidade buscando assim ofertar um atendimento aos docentes que não tinham formação, mas que estavam atuando na área de educação.

De acordo com o Manual do Acadêmico da UEMS (2013, p.4) esta instituição conta em 2017 com “15 unidades universitárias, ofertando 53 cursos sendo 27 licenciaturas, 21 bacharelados, 05 tecnológicos”, sendo estes subdivididos nos municípios de distribuição representados na imagem a seguir:

IMAGEM 1: Unidades Universitárias UEMS nos Municípios de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Manual do acadêmico (UEMS-2013)

Ressalta-se que a Unidade da UEMS na cidade de Jardim – MS, surgiu no ano de 1994, tendo como primeira oferta de curso a de Ciências – Habilitação em Biologia, no intuito de habilitar os docentes da região não só atendendo o município onde se consolidou,

mas também as cidades circunvizinhas como: Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Bonito, Caracol, Nioaque e Porto Murtinho.

É necessário frisar também que a primeira oferta do curso de Letras – Português/Inglês em Jardim foi no ano de 1999, tendo como objetivo:

A comunicação, a informação, a interação e a formação do ser humano é o principal objeto de estudo do curso de Letras. O estudante se ocupará, de maneira geral, dos diferentes aspectos da linguagem, que vão da gramática de uma língua – sua história e estrutura – até a mais alta expressão cultural e artística de um povo, que é a literatura produzida por ele, além do processo de variação e mudança linguísticas, socioculturais, ideológicas e históricas concernentes à língua e à cultura desse povo. Ao mesmo tempo em que o curso de Letras forma pesquisadores, habilitando-os a adentrar numa inesgotável fonte de riqueza cultural; um de seus grandes objetivos é a preparação de professores competentes e compromissados com a qualidade do processo ensino/aprendizagem e com a busca de novos conhecimentos e reflexões para desenvolver o seu fazer pedagógico. (UEMS, PPP-2012, p.11)

Sendo assim foi criado o curso em Letras-habilitação Português/Inglês no âmbito da UEMS, por meio da Resolução CEPE/UEMS N° 478 de 06 de dezembro de 2004. No entanto, o curso já vinha sendo ofertado desde 1999 e até o início de 2012, formaram-se 10 turmas, o equivalente a 250 formandos. Dentre eles, alguns egressos que seguiram carreira acadêmica fazendo Lato Senso; especialização e Strito Senso; mestrado/doutorado, mestrado e outros que participam da constituição do corpo docente da Universidade em Jardim.

No ano de 2017 o curso de Letras, na unidade de Jardim tem matriculado aproximadamente 150 estudantes, considerando da primeira até a quarta série.

Areco (2013) destaca que no ENADE de 2011 o curso de Letras da unidade de Jardim recebeu nota 03 no reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação, em 2017 foi divulgado no site guia do estudante a notícia de que o curso de Letras da UEMS está classificado com três estrelas na pesquisa da editora Abril.

Em virtude dos fatos anteriormente mencionados é importante ressaltar que o corpo docente da Unidade de Jardim-MS é composto por uma maioria de professores que fazem parte do quadro efetivo e possuem uma formação com Mestrado e Doutorado, que em sua prática pedagógica diária utilizam-se de projetos de pesquisas, extensão e ensino, podendo citar como exemplo, atividades de monitoria acadêmica, projetos de ensino, cursos na área

de formação, eventos acadêmicos, seminários, simpósios, congressos estudantis, colóquios, palestras, vivência prática entre outras ações.

De acordo com Areco (2013) “atualmente esses projetos vinculados ao curso de Letras trazem muitos benefícios aos acadêmicos” oportunizando a construção e execução de atividades que trabalhem os três eixos da formação universitária: ensino, pesquisa e extensão.

Outro fato interessante a ser destacado que na Unidade Universitária de Jardim-MS, neste período de 17 anos já foram ofertados Cursos como Turismo e Biologia. Atualmente é ofertado não só o curso de Licenciatura em Letras, mas também o de Licenciatura em Geografia que funciona desde 2007. Vale ressaltar que a UEMS também ofertou o Curso de Bacharelado em Turismo no período de 2001 a 2013, que acabou sendo extinto pelo fato de ter formado o número de profissionais necessários para a região. Em 2010 a UEMS em parceria com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) começou a ofertar os cursos de Licenciatura em Educação Física e Matemática. O PARFOR tinha como objetivo auxiliar a formação dos professores que já atuavam na educação básica, melhorando assim o ensino dos jovens e adolescentes da rede pública de ensino.

Tendo por base o PPP (2012) do curso de Letras pode-se ressaltar que a infraestrutura da unidade acadêmica conta com:

Biblioteca (informatizada), com ar-condicionado e acervo na área de Letras de 799 títulos e 2.202 exemplares – (acervo total da biblioteca: 2706 títulos e 7065 exemplares);
Auditório com 200 lugares, com ar-condicionado;
Laboratório de Informática;
Rampas de acessibilidade no estacionamento, na entrada da Unidade, no Auditório, na Biblioteca e para as salas de aulas.
Acesso à Internet wireless para acadêmicos e docentes nas salas e na biblioteca, com livre acesso a sites de pesquisa acadêmica;
Sala de estudo e acesso a computadores no interior da biblioteca;
Salas de aula climatizadas (UEMS, PPP-2012, p.10).

Esta estrutura auxilia na busca por ofertar aos acadêmicos a oportunidade de construir um conhecimento aprofundado da linguagem e promovendo a construção de um profissional que exerça a mediação de conhecimentos referentes à cidadania intelectual, social, política e cultural. É importante também citar que o curso em Licenciatura em Letras é ofertado nas unidades da UEMS nas cidades de Jardim, Campo Grande, Cassilândia e Dourados.

1.2 Apresentando a Proposta Pedagógica do Curso de Letras

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2012) o principal objeto de estudo do curso de Letras é a comunicação, a informação, a interação e a formação do ser humano. Sendo assim, a busca é pela formação de profissionais críticos e pesquisadores para que quando forem atuar possam formar estudantes com essa linha de pensamento. A proposta é de que:

O aluno se ocupará, de maneira geral, dos diferentes aspectos da linguagem, que vão da gramática de uma língua – sua história e estrutura – até a mais alta expressão cultural e artística de um povo, que é a literatura produzida por ele, além do processo de variação e mudança linguísticas, socioculturais, ideológicas e históricas concernentes à língua e à cultura desse povo. Ao mesmo tempo em que o curso de Letras forma pesquisadores, habilitando-os a adentrar numa inesgotável fonte de riqueza cultural; um de seus grandes objetivos é a preparação de professores competentes e comprometidos com a qualidade do processo ensino/aprendizagem e com a busca de novos conhecimentos e reflexões para desenvolver o seu fazer pedagógico (UEMS, PPP-2012, p.11).

De acordo com Nóvoa (1997) a instituição Universitária deve promover uma formação que estimule a construção de um profissional crítico e reflexivo, estimulando a construção de um profissional com pensamento autônomo, afirmando que “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim por meio de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1997, p.13), sendo esta uma das razões para se investir em ações que promovam esta construção de experiência profissional.

Ao ater-se ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês pode-se destacar que como objetivos específicos do curso temos a ampliação da formação linguístico-discursiva, promovendo o aprimoramento e o desenvolvimento da percepção estética da língua, preparando o acadêmico para uma atuação consciente na educação básica, tendo o intuito também de formar professores comprometidos com sua prática pedagógica, trabalhando a construção de conhecimento que proporcione ao profissional em formação o domínio da língua-padrão “sem desrespeitar ou discriminar as inúmeras variedades linguísticas detectadas em sala de aula”(UEMS, PPP, 2012, p.12).

Ao tratar desta formação profissional é importante salientar que no decorrer do curso, os acadêmicos são estimulados a trabalhar habilidades voltadas para o domínio das Línguas Portuguesa e Inglesa, tanto em sua manifestação oral quanto na escrita, exercitando também a compreensão de que “a língua é um fenômeno social, histórico, educacional, cultural, político, ideológico e semiológico” (UEMS, PPP, 2012, p.13).

Outra competência e habilidade que deve ser construída durante o curso é a de articulação referente aos conhecimentos práticos sobre o ensino e à docência, o acadêmico deve ser estimulado a se construir como um sujeito crítico e comprometido com a educação, com o ensino. De acordo com o PPP (2012) os anos de formação do Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Jardim - MS deve focar também na promoção da formação do sujeito como educador, refletindo constantemente sobre os conceitos de linguagem, língua, literatura e o processo de ensino/aprendizagem no qual fará parte de forma ativa e contínua.

1.3 Apresentando o Currículo do Curso de Letras

Ao estudar de forma objetiva o Projeto Político Pedagógico (2012) pode-se destacar que o currículo do curso traz a proposta de trabalhar com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com disciplinas, a experiência do estágio curricular supervisionado, que tem por objetivo proporcionar ao acadêmico a vivência da experiência docente, ocorrendo inicialmente no terceiro ano do curso, momento em que o acadêmico deve cumprir a carga horária de 200 horas para a Língua Portuguesa e 150 para a Língua Inglesa, cumpridas no Ensino Fundamental II. Já a segunda etapa, ocorre na quarta série do curso, sua realização é obrigatória no Ensino Médio ou no Curso de Formação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando também uma carga horária de 200 horas para Língua Portuguesa e Literaturas e 150 horas para Língua Inglesa.

Ao analisarmos o currículo do Curso de Licenciatura em Letras oferecido pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, na unidade de Jardim, pode-se ressaltar que de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2012, p.23-24) no primeiro ano do curso, o acadêmico estuda a Língua Portuguesa I, 04 aulas semanais para cumprir 136 horas anuais, na Língua Inglesa I a carga horária total é de 136 horas e 4 aulas semanais, as disciplinas de Introdução aos Estudos Literários, Introdução aos Estudos Linguísticos, Iniciação à Pesquisa em Linguagem, História e Filosofia da Educação, Língua Brasileira

de Sinais e Língua e Cultura Latina I, ocorrem em 2 aulas semanais que possuem cada uma a carga horária total de 68 horas anuais e Leitura e Produção de Texto, com 3 aulas semanais com a carga horária de 102 horas anuais.

O documento também detalha que no segundo ano os acadêmicos cursam um total de 816 horas, nas quais são compostas da disciplina Língua Portuguesa II, Linguística I, Literatura Portuguesa I, Teoria da Literatura I com 102 horas anuais e 3 horas semanais cada uma. As disciplinas de Políticas e Legislação da Educação Nacional, Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa, Língua e Cultura Latina II, possuem 2 horas semanais totalizando 68 horas anuais por disciplina. Cabe também citar que as aulas de Língua Inglesa II ocorrem em 4 aulas semanais com 136 horas anuais.

O PPP (2012) aponta que no Terceiro ano de Letras o estudante cursa as disciplinas de Língua Portuguesa II, Língua Inglesa III, Linguística II, Literatura Britânica, Literatura Brasileira II, Literatura Portuguesa II com 102 horas anuais e 3 aulas semanais cada uma, somando a Teoria da Literatura II e Didática que possuem 68 horas semanais, totalizam 850 horas anuais.

E no último ano do Curso as disciplinas são Língua Portuguesa IV, Língua Inglesa IV com 102 horas anuais cada uma, somam-se as horas das disciplinas de Literatura Africana de Língua Portuguesa, Literatura Norte Americana, Tópicos em Literaturas de Língua Inglesa, Literatura Infanto-Juvenil e Formação do Leitor, Linguagem e Diversidade, Novas Tecnologias em Educação e por fim Tópicos em Educação Especial, com carga horária de 68 horas anuais, cada uma totalizando 748 horas anuais.

É importante lembrar que o corpus desta pesquisa está inserido na disciplina Tópicos de Educação Especial ofertada durante o quarto ano. Vale ressaltar que de acordo com a Portaria nº 1793/1994 (BRASIL, 1994) é recomendada a inclusão de disciplinas de educação especial nos cursos de licenciaturas e nos demais cursos de graduação. Essa matriz curricular apresentada é a cumprida no ano de 2017.

Assim, o próximo capítulo abordará a perspectiva da Educação Especial.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo terá considerações pertinentes a educação especial trazendo uma breve reflexão sobre sua história de evolução a partir da década de 50 e 60, ressaltando os avanços desse atendimento no sistema educacional, falando também sobre a educação especial, o currículo da escola e o processo de “inclusão” escolar.

2.1 Breve Histórico sobre a Educação Especial

Durante a história da educação brasileira, por anos os estudantes considerados deficientes ou que tinham alguma dificuldade especial educacional, foram excluídos e por vezes até ignorados durante fases do ensino comum, isto se explica porque de acordo com estudo de documentos oficiais como os PCN (BRASIL, 1998, p.58) até a década de 80 as ações e as políticas públicas educacionais estavam voltadas à ideia de que para atender as necessidades deste público era necessário oferecer a eles um atendimento educacional, direcionados ao tratamento de suas deficiências.

Rogalski (2010) afirma que o pensar em inclusão teve início após a Segunda Guerra Mundial, onde os feridos de guerra se tornaram deficientes, sendo exemplo de superação, pois muitos uma vez reabilitados voltavam a tornar-se cidadãos produtivos, fazendo então surgir em diferentes setores da sociedade discussões relacionadas à defesa de seus direitos. A autora ressalta que esta busca visava valorizar e acreditar na capacidade das pessoas com deficiência.

De acordo com Rogalski (2010) no Brasil até a década de 50, o assunto de Educação Especial não era tão discutido, sendo que esta temática passaria a ser evidenciada apenas a partir de 1970, passando assim a tornar-se preocupação dos governos por meio da criação de instituições públicas e privadas. Neste período a educação especial começou a dar seus primeiros passos, mas construía-se de forma excludente, isto porque o trabalho com este grupo de estudantes acontecia em escolas e classes especiais, promovendo inúmeras discussões que levaram na década de 80, o surgimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

É importante enfatizar que durante o final do século XIX, as instituições ofereciam a seus estudantes um atendimento educacional especializado para um grupo específico diversificando as salas e dividindo os estudantes de acordo com a necessidade especial de cada grupo.

Mazzota (2011), afirma que esta visão dos estudantes os separava dos demais “ditos normais”³ e até causavam uma exclusão social destes indivíduos que eram vistos por muitos como incapazes, assim por anos, este público enfrentou situações que os excluía tanto da escola comum quanto da sociedade.

Ao final da década de 90 foram divulgadas inúmeras publicações com Declarações apoiadas pela ONU⁴ podendo citar como principais as voltadas para a luta da inclusão de indivíduos com deficiência na sociedade e em ambiente escolar, a Declaração de Salamanca, publicada em 1994 e a Declaração de Guatemala publicada em 1999.

Sobre as afirmações presentes na Declaração de Salamanca (1994), é válido destacar que ela ressalta que os indivíduos com Necessidades Educacionais Especiais precisam receber uma atenção diferenciada em ambiente escolar, isto porque as escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, físicas, linguística e psicológicas, incluindo neste conceito “crianças com deficiência, ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de população remota ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais” (SALAMANCA, 1994, p.6).

Vieira (2013) aponta que ao final do século XX até os dias atuais muitos foram os avanços sociais e pedagógicos, na busca por uma sociedade mais inclusiva, citando a adoção de metodologias diversificadas, o uso da sala de recursos, atendimentos diferenciados tentando promover valorização de um público que tem sofrido muito com discriminações e preconceitos, destacando que ainda hoje eles buscam “garantir seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, sem se esquecer de suas potencialidade e peculiaridades” (VIEIRA, 2013, p.5).

2.2 A Educação Especial e o Currículo da Escola

No decorrer das últimas décadas é perceptível o avanço do ensino brasileiro e principalmente o aumento das políticas públicas educacionais que atendam a este público, promovendo ações que priorizem uma educação de respeito e incentivo a práticas inclusivas, modalidade que ganhou força no início do século XXI, tendo como exemplo, o Programa de Educação Inclusiva (MEC, 2003), propondo fortalecer as ações escolares

³ Fala do autor, termo não adotado pela pesquisadora.

⁴ Organização das Nações Unidas

e sociais na busca por promover um crescente estímulo ao processo de formação de gestores e educadores visando estimular a qualificação dos profissionais no atendimento educacional especializado e na oferta da acessibilidade.

Em relação ao Atendimento Educacional Especial é importante ressaltar que o mesmo deve estar em consonância com as políticas educacionais atuais. Podemos afirmar que a educação especial como modalidade de ensino no ambiente educacional comum luta contra a marginalização, e o preconceito que os estudantes com deficiência sofrem e sofreram durante os anos, como destaca Mazzota (2011, p.12) “até 1990 as políticas de educação especial refletiram, explicitamente, o sentido assistencial e terapêutico atribuindo à educação especial”, sendo assim, somente nos meados da década de 90 é que se observa um avanço nas políticas educacionais voltadas a transformações do ensino. O autor afirma que isto só ocorreu devido ao grande avanço tecnológico e social que proporcionaram à pessoa com deficiência a oportunidade de participar de um processo de inclusão na área social, profissional e educacional. Na análise da resolução N° 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, o governo instituiu nesta resolução, a modalidade Educação Especial, afirmando que com base no decreto nº 6.571/2008, garantiu o direito de Atendimento Educacional Especializado em toda a rede de ensino, assegurando a matrícula e o acompanhamento especializado de:

Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, Art 1º, 2009).

Silvia Et al (2012) destaca que esta crescente produção nas políticas educacionais de Educação Especial, como transversal, sendo classificada como uma modalidade de ensino que ultrapassa todos os níveis, porque oferece e disponibiliza recursos e serviços que orientem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com NEE⁵ nas turmas do ensino comum.

Em 2007, o MEC - Ministério da Educação e Cultura publicou o MAEE⁶, o MEC que reafirma a necessidade da implementação das salas de recursos, no intuito de auxiliar no atendimento e acesso de estudantes com deficiência a educação comum mediando por

⁵ Necessidades Educacionais Especiais.

⁶ Manual de Atendimento Educacional Especializado (2007)

meio de ações de participação e a aprendizagem das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação entre outras necessidades educacionais especiais.

Para a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) o sistema público de ensino tem por obrigação assegurar a todos os estudantes a aplicação de um currículo flexível, usando de métodos e recursos para organizar e atender às necessidades especiais educacionais quaisquer que sejam elas.

Observa - se uma mudança neste quadro educacional brasileiro após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que traz em seu *corpus* textual, mais especificamente em seu Artigo 3º inciso IV, o dever do Estado de ofertar e promover “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV), trazendo também em seus Artigos nº 205 e 206 o direito à educação para todos e a necessidade de garantir a todo o cidadão, igualdade de condições ao acesso e à permanência na escola, estipulando em seu texto como dever do Estado ofertar o atendimento educacional especial, de preferência na rede de ensino público comum.

A carta Magna de 1988 destaca em seu Artigo nº 206, inciso I, a importância da “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), sendo estipulado, em seu Artigo nº 208, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede comum de ensino.

Para intensificar a luta pela igualdade no que se refere ao âmbito educação inclusiva temos em 1990, a criação do ECA⁷, Lei nº. 8.069/90 (BRASIL, 1990), que determina também a obrigatoriedade dos pais de matricular seus filhos na rede comum de ensino, reforçando o incentivo à inclusão do estudante com deficiência ao ambiente público e comum de desenvolvimento educacional.

Outros documentos acompanham e auxiliam neste processo de inclusão como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração de Guatemala (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 entre outros documentos que amparam as ações de inclusão em ambiente escolar, reforçando as leis e intensificando o incentivo à criação de projetos voltados ao atendimento e promoção de mudanças nas políticas de ensino brasileira. Sendo assim, as

⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, decidem que:

O sistema de ensino deve matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p.10)

Diante do firmado nesta diretriz, pode-se perceber a necessidade de se entender que cabe ao Estado trabalhar com a inclusão de estudante com deficiência e necessidades, oferecendo-lhe a possibilidade de acesso a um ensino igualitário, necessitando criar uma política de combate aos preconceitos e à discriminação.

É importante perceber que a educação inclusiva ainda é um processo em desenvolvimento, isto porque se identifica a necessidade de avançar cada dia mais, pois a qualidade de atendimento ofertada aos estudantes com deficiência é questionável como também a qualidade da educação.

2.3. Educação Especial e Processo de Inclusão

A educação especial e processo de inclusão estão interligados e se inter-relacionam principalmente a partir da década de 1990, período no qual iniciam-se os debates e conquistas relacionadas a este público em específico, isto porque a crescente presença de estudantes antes tidos como “diferentes”, proporcionava desafios para o ensino comum, promovendo intensas mudanças nos contextos sociais e educacionais.

Para Batista (2004, p.10) “as mudanças necessárias transcendem o nível da didática e, segundo acredito, exigem prioritariamente uma discussão ética sobre as possibilidades e os limites do ato de ensinar/aprender”.

De acordo com Batista (2004), o processo de inclusão presente em ambiente escolar não se fazia presente antes do século XX, as lutas pela inclusão estimularam o desenvolvimento de atividades, mesmo que às vezes isoladas, valorizando a característica do estudante e do seu contexto social. O autor ressalta que “o debate sobre a inclusão tenha como uma de suas vantagens o destaque de novas possibilidades para a intervenção educativa” (BARBOSA, 2004, p 10).

Para se alcançar o objetivo de construir um ambiente mais inclusivo e integrador, a escola deve preparar-se para aderir metodologias voltadas para a educação diferenciada, visando promover um “ensinar e aprender, através de estratégias que permitam a

individualização” (BARBOSA, 2004, p.11), nesta linha motiva-se a adesão às ideias propostas em conferências internacionais que lutam pela universalização da educação, como podemos destacar a Declaração de Salamanca (1996) e a Declaração de Guatemala (1999) que de acordo com Baptista (2010) sendo ferramentas de estímulo a lutas contra barreiras arquitetônicas e atitudinais, associando assim a inclusão a ideias transmitidas no contexto da acessibilidade.

De acordo com Basei e Cavasini (2015) ainda um dos maiores problemas referentes à acessibilidade na escola são as edificações que muitas vezes dificultam o estudante com deficiência física em sua mobilidade, sendo esta uma das condições primordiais para que o mesmo consiga acompanhar seu processo de ensino e aprendizagem. Os autores destacaram também que ainda no século XXI, as instituições e os órgãos competentes não se atentam a este fato sendo encontrada em muitas escolas a falta de adaptações necessárias ou até adaptações que não seguem o que a legislação vigente pede.

Basei e Cavasini (2015) apontam problemas na construção de rampas, tipos de pisos, barras de apoio, percebe-se que as escolas ainda não estão preparadas para atender, as adaptações no ambiente no que tange ao atendimento às pessoas com deficiência.

Oliveira et al (2014, p.3) afirma que cabe à sociedade e à escola garantir o acesso e mobilidade às crianças tendo como objetivo:

(...) fazer com que elas tenham facilidade para agir, independentemente de sua condição física. Facilitar o acesso, adaptar estruturas, como rampas, banheiros, corredores, retirar as barreiras para se tornar o mais fácil possível para a convivência de todos.

De acordo com Rogalski (2010) o processo de socialização inicia-se por meio da educação, isto porque é ela que estimula a convivência social, possibilitando a integração do indivíduo com a sociedade. Necessitando assim que o contexto escolar promova um atendimento diferenciado às individualidades de cada estudante com deficiência ou necessidades especiais, estimulando a construção de conhecimentos que proporcionem a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Para Vieira (2013), o acesso à educação deve ser ofertado a todos, sem exceção, com igualdade e garantia de permanência, adotando entre outros documentos, a Declaração de Salamanca (1994) como ferramenta inicial de edificação para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Sobre as mudanças substanciais provocadas pelas Leis e Declarações presentes na sociedade atual, Zanella (2015, p.537), afirma que as reestruturações pedagógicas ocorridas principalmente nas práticas educacionais e pedagógicas precisam combater o ensino dualista, pois é importante que “a escola acolha a diferença, respeitando-a e valorizando-a”. A autora ainda ressalta que algumas das políticas inclusivas são realidades presentes em ambiente escolar, porém apesar de algumas conquistas, muitas propostas necessitam sair do papel e serem aplicadas nesse ambiente educativo.

A transversalidade é uma das perspectivas que se fazem mais importantes promovendo assim a luta e o combate à segregação de pessoas com deficiência, as instituições escolares necessitam se fazer meio de oportunidade para transformação contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva visando respeito as diferenças.

Partindo dessas diferenças e da necessidade de um ambiente educativo inclusivo, também para a formação de futuros educadores, no próximo capítulo abordará as experiências vividas na vida, na escola e na universidade, entre avanços e desafios, por um acadêmico cadeirante, do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, MS, Eliel, o futuro educador!

CAPÍTULO 3 – UM ACADÊMICO CADEIRANTE NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM – MS.

Neste capítulo trataremos sobre a história de vida de um estudante cadeirante, contando sua trajetória de vida, também escolar, seus acessos e desafios até chegar à universidade, ressaltando suas percepções referentes a seus desafios em ambiente universitário, além de refletir criticamente os dados obtidos durante a entrevista e comparar a realidade do acadêmico com o que é expresso nas literaturas e teorias referentes à inclusão social e escolar, conhecendo sua acessibilidade nestes ambientes de formação social e profissional.

3.1. Eliel e Sua História

De acordo com as informações da entrevista, Eliel nasceu em 02 de julho de 1994 na cidade de Jardim - MS, no hospital Marechal Rondon, ele também destaca que tem 4 irmãos, sendo o filho do meio. Uma criança que nasceu sem nenhuma deficiência, mas que aos doze anos sofreu um acidente que o deixou “dependente” de uma cadeira de rodas.

Durante a infância era uma criança ativa, sempre brincando e se sujando, de acordo com o entrevistado ele lembra claramente:

“(...) de jogar futebol com os amigos todos os dias, brincadeiras como esconde-esconde, pega-pega etc. praticava bastante esporte apesar de não ter um corpo atlético mesmo tão novo, porém, acho que conseguia me destacar mesmo assim nas práticas esportivas do meu colégio. (Eliel, 2017)”

Durante a conversa sobre sua vida, percebe-se lembranças de sua infância e de momentos vividos por todas as crianças em período escolar, ele destaca com uma ênfase momentos de interação e diversão com seus amigos:

“Sempre costumava chegar cedo na escola nessa época, para dar tempo pra brincar com meus colegas, brincávamos de pega-pega ou um futebol no varadão da escola Chaquib Kadri, agora pensando bem, era perigoso esse pega-pega, pois subíamos nas grades que tinha na quadra poliesportiva (eu era radical). Não era um estudante exemplar, entrava suado dentro da sala, para delírio dos professores que gostam dos estudantes certinhos e cheirosos (risos) (Eliel, 2017).”

Percebe-se também em sua fala a importância do esporte em sua infância, relacionando o amor a esta prática e lembrando o momento em que sofreu o acidente que lhe tirou toda a mobilidade e levou-o a se afastar, devido a suas inquietações psicológicas,

pois inicialmente foi difícil aceitar que não poderia mais ser o estudante atleta, arteiro e dinâmico que sempre fora, assim ele acreditava, que poderia sim continuar sendo isso tudo, mas agora, de maneira diferente, além do medo de seus amigos não o aceitarem na sua nova condição.

“Os jogos estaduais começaram em agosto de 2006, e também a euforia de participar desse evento no nosso pequeno município, no dia 31 de agosto no segundo dia dos jogos, ganhamos o primeiro jogo contra a escola Girassol, ocorrendo o jogo no período matutino. À tarde tinha aula, porém faltei esse dia, desobedecendo minha mãe. Foi minha irmã e eu para o ginásio ver as outras escolas jogarem, o pouco que eu me lembro desse dia, é que nos divertimos muito, levando uma seringa, que botávamos água e acertávamos nas pessoas que passavam na nossa frente, víamos como uma brincadeira inocente nessa época fingíamos que também fomos acertados pelo jato d’água da seringa, despistando nossos alvos (risos). Isso mostra um pouco de minha índole “brincalhona” (risos). Lembro que nesse período, o ginásio era meu playground. Voltando para casa, depois dessa tarde, ao atravessar uma avenida, um carro, especificamente uma camionete atropelando eu e minha irmã. Quando me dei conta acordei em um hospital em Campo Grande, depois de ficar três dias em coma, já não sentia minhas pernas, não lembrava nada, apenas ficava trancado dentro de uma sala do hospital na Santa Casa em Campo Grande. Lembro que estava muito fraco e com muita sede, mas não podia beber água, apenas umedecer os lábios. Não recordo da minha reação quando não pude sentir minhas pernas, talvez por achar aquilo tudo um sonho ou um pesadelo no começo, não tinha caído a minha ficha. Em um momento estava no ginásio, em outro em um hospital em Campo Grande. (Eliel, 2017).”

Após o relato sobre o acidente que tirou sua mobilidade, Eliel destacou que para ele foi muito difícil o período de aceitação e adaptação, sentindo diversos sintomas físicos e psicológicos que dificultaram esta parte inicial de seu caminhar como Sujeito com necessidade especial. A definição está presente na Declaração de Salamanca (1994) que as necessidades educacionais especiais estão relacionadas a um sujeito que necessita de um atendimento especializado por possuir uma dificuldade temporária ou permanente. Eliel, vítima de um acidente que o colocou em uma situação emocional e física de forma conflituosa, como ele mesmo ressalta *“a partir do meu acidente mudou drasticamente minha vida, depois de ter absorvido o choque, foi muito difícil me adaptar”* (Eliel, 2017).

A política de oferta à acessibilidade surgiu em 2007, um ano após seu acidente, com o lançamento pelo MEC (2007) do Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando atender as necessidades da política de

inclusão, com a proposta de estimular a adoção de práticas pedagógicas que visassem superar a lógica da exclusão presente por anos no ambiente escolar.

Das ações propostas pelo Programa de Educação Inclusiva (MEC, 2003), destaca-se o fortalecimento das atividades escolares e sociais na busca por promover um crescente estímulo ao processo de formação de gestores e educadores visando estimular a qualificação dos profissionais no atendimento educacional especializado e na oferta da acessibilidade.

Sobre o retorno à escola meses após o acidente, Eliel ressalta que esta fase foi uma das mais difíceis de sua vida, pois viveu conflitos internos que o levaram por vezes a se questionar sobre coisas a princípio, simples e insignificantes, ele ressalta que no dia em que voltou à escola encontrou diversos obstáculos físicos e psicológicos, afirmando que:

“(...) Ao chegar à escola, tinha a sensação de todo mundo estar me olhando, era angustiante, pensava comigo, eles estão sentindo dó, pena e outras características da empatia. O acesso da escola era ruim na época, pois tinha que dar a volta no pavilhão para poder entrar em minha sala, sentei na frente, por ter mais facilidade para sair e entrar (Eliel, 2017).”

Na fala do entrevistado percebe-se momentos de retração, pois o mesmo, apresenta pausas em sua lembrança, relacionada a vivências na escola, após o período do acidente, mas retoma sua ideia ressaltando as dificuldades que inicialmente identificou na mobilidade oferecida pela instituição ao receber o estudante Eliel, agora cadeirante. Eliel afirma que:

“Sem banheiros adaptados, algumas áreas eram de difícil acesso, para entrar em minha sala tinha que fazer um grande percurso, para evitar degraus, dificilmente ia à quadra por não haver acesso adequado, era bem limitada minha locomoção dentro da escola. Porém a escola começou a se adaptar a mim, construindo rampas, calçadas, banheiro adaptado. Havendo até uma reforma grande agora poderia me mover mais livremente na escola. (Eliel, 2017).”

Nesta fala do entrevistado percebe-se que ele vivenciou fatos expressos na Declaração de Guatemala (1999, Artigo 6º) referente à acessibilidade, pois, ele conseguiu transmitir em sua fala suas dificuldades de acesso e exclusão apresentados *“a discriminação, a falta de acesso a bens e serviços é uma realidade social enfrentada na vida diária das pessoas com deficiência” (Eliel, 2017).*

Mesmo ele sendo “atendido” em seu direito constitucional presente no inciso III Art.208 que aponta o dever do Estado de ofertar um ensino especializado para crianças com deficiência, dando a ele o direito a frequentar a rede comum de ensino, identifica-se

no inserto de sua fala as dificuldades de acessibilidade que estes ambientes ofertam.

O entrevistado afirma ter encontrado maior facilidade de se enturmar quando frequentou o ensino médio, na Escola Estadual Coronel Pedro José Rufino no município de Jardim - MS, pois naquele ambiente ele já se via inserido com amigos e colegas de infância, fazendo o percurso de três quilômetros realizados por ele e sua irmã todos os dias, ele cadeirante e ela sua acompanhante em conversas e brincadeiras durante esta trajetória.

Durante a entrevista Eliel destaca que teve êxito em sua formação durante o Ensino Médio, pois não tirava notas baixas e era comunicativo tendo muitos amigos, destacando que suas dificuldades físicas e de acessibilidade não interferiram diretamente em seu desenvolvimento cognitivo e escolar.

Ao lembrar-se de seu tratamento de reabilitação e suas superações, o entrevistado afirma que suas visitas ao hospital especializado para pessoas com deficiência em Brasília, contribuíram muito para o desenvolvimento de sua autonomia:

“(...) foi nesse lugar que me devolveram um pouco de minha autonomia, eu fazia fisioterapia, praticava esportes, musculação para ter forças nos membros para empurrar minha cadeira de rodas, exames médicos etc. também eles davam uma agenda semanal para o paciente, com atividades para fazer, por exemplo, nas segundas às 8 horas teria que fazer fisioterapia, nas terças 8 horas tinha basquete, eram diversas atividades para se fazer, nesse hospital de reabilitação, eu tinha preferência pelos esportes. A internação ocorria paralelamente com meus estudos, porém não era prejudicado, pois minha escola enviava atividades durante minha estadia no hospital. (Eliel, 2017).”

Neste ambiente Eliel desenvolveu a maturidade referente à sua deficiência, interagiu com pessoas que passaram pelo mesmo trauma, encontrou apoio profissional, trocou experiências, superou medos e viveu intensamente, foi *“neste lugar que tive minhas melhores experiências”* (Eliel, 2017).

Percebe-se diante de sua fala que o período do Ensino Médio foi intercalado com o tratamento especializado ocorrido em Brasília, momento em que o entrevistado afirma ter alcançado grande maturidade, pois teve apoio de seus professores que frequentemente dispunham de atividades e momentos de interação diferenciada com ele, e o tratamento oferecido pelos profissionais de Brasília que o prepararam para a vida e estimularam sua busca por continuar estudando, e objetivando uma formação acadêmica que o tornasse um profissional atuante na sociedade ao qual ele pertence e se sente parte importante.

3.2. Eliel e Sua Formação Profissional

Diante da política educacional inclusiva do século XXI, Eliel é um dos cidadãos que tem direito ao acesso de oportunidades de receber educação acessível e de qualidade, crescer profissionalmente e construir-se como um cidadão crítico, uma vez que “A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, 2007, p.10).

Assim, Eliel ressalta que ao ingressar na faculdade, Curso de Letras na UEMS em 2014, teve esta oportunidade na segunda chamada, destacando que esta instituição apresentou uma realidade diferente da vivenciada por ele no ensino básico pois:

“A UEMS em sua totalidade dá bastante acesso à pessoas com deficiência, porém como em diversos ambientes da sociedade, ocorre a falta de estrutura, como pode notar que não posso me locomover em ambientes social como perto da cantina da unidade, por falta de uma rampa, ou pelas pedras britas ou as rampas muitos inclinadas como o da biblioteca, no qual, preciso de auxílio. (Eliel, 2017).”

Percebe-se nesta fala a contradição sobre o (não) acesso, uma vez que o entrevistado (não) usufrui completamente do direito expresso no Art.205 da Constituição Federal (1988) que aponta a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ofertar ao cidadão seu pleno desenvolvimento social e profissional. Seguindo também o expresso no Artigo 206 (Brasil, 1988) que aponta a importância de promover a igualdade de acesso e permanência na escola.

Sobre seu período de formação acadêmica, o entrevistado fala sobre seu primeiro ano na instituição citado como fase de descobertas e encantamentos, sendo nesta fase um momento de êxtase intelectual, e também cita o quarto e último ano como sendo o período de maior desafio em seu processo de formação, isto porque de acordo com ele as dificuldades apresentadas foram físicas, emocionais e burocráticas:

“Em meu estágio tive bastante dificuldade, mas não em acesso, mas sim psicologicamente e fisicamente, por ficar demasiadamente sentado em uma cadeira de rodas, e a carga horária ser bastante abusiva, tinha fortes dores nas costas, impossibilitando às vezes ir à escola ou na própria universidade, e devido a diversos atritos psicológico, não concluí essa disciplina da faculdade. (Eliel, 2017).”

Percebe-se que devido a fatos relacionados às limitações vivenciadas por ele devido à falta de acessibilidade, o acadêmico Eliel aponta um desgaste emocional e físico ressaltando que nesta fase de seu ensino decepcionou-se com aspectos burocráticos que

interferiram diretamente em sua formação e em seu prazer por construir-se profissional. O entrevistado destaca que:

“Eles me limitaram ainda mais como futuro docente, com as burocracias para poder estagiar, não só a universidade, mas a escola também fez eu me desencantar com a docência. Vi com meus próprios olhos a burocracia que limitam os professores em sala de aula. (Eliel, 2017).”

Dentro desta realidade expressa pelo entrevistado pode-se perceber que o acadêmico enfrenta na Universidade o que Diniz, Barbosa e Santos (2009) apontam exclusão devido aos impedimentos corporais, pois o mesmo aponta a dificuldade que enfrentou durante o período de estágio devido à resistência das instituições (escola e Universidade) em compreender sua necessidade de diminuição nas barreiras físicas, dificultando assim seu acesso a ambientes sociais e de aprendizagem. Talvez essa questão pudesse ter sido planejada com menos carga horária diária, exigindo mais dias para o cumprimento da carga horária obrigatória em consonância entre escola e universidade, entre outras adequações necessárias à realidade diferenciada do acadêmico. Os autores apontam para a necessidade de compreender-se que “uma pessoa com deficiência não é simplesmente um corpo com impedimentos, mas uma pessoa com impedimentos vivendo em um ambiente com barreiras” (DINIZ, BARBOSA E SANTOS, 2009, p.72).

Ele cita em sua fala que como experiência positiva, do estágio, em sala de aula, existiu a interação com as pessoas que o ajudavam no ambiente de estágio, afirmando que aqueles que eram considerados “piores” estudantes eram quem, se levantavam para seu acesso dentro da sala de aula.

Sua fala nos remete à necessidade urgente e emergente de que o processo de inclusão deve ser uma ação corresponsável entre estado, escola, universidade, família e comunidade, em que todos são responsáveis por promover espaços e condições de acesso à aprendizagem de maneira digna e inclusiva a todos, o que pode observar, não tem acontecido de maneira efetiva, retirando das pessoas seu direito garantido em lei enquanto cidadão.

3.3. Eliel Professor

Pensar em ser profissional de educação de acordo com Eliel hoje não faz parte de sua realidade, devido às suas experiências iniciais no processo de estágio, o mesmo espera que “*se chegar a ser professor quero contribuir com o crescimento dos estudantes como pessoas que pensem no próximo, não apenas prepará-los para o mundo competitivo*”

(Eliei,2017).

Diante desta fala podemos destacar que, o acadêmico conhece os desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo, interligando o estudante e a construção dos conhecimentos, focando no “aprender a aprender” tendo por referência a aprendizagem com base nos contextos sociais e nas sociabilidades.

Sobre a prática pedagógica acredita-se que a afirmação do entrevistado é exemplificada pela concepção defendida por Nóvoa (2007) que destaca ser necessário criar possibilidades para que haja uma interação entre os estudantes dentro da escola, fazendo do professor um ensinante em sala de aula, sendo necessário que os estudantes se façam ensinantes também, ou seja, que a metodologia em sala de aula promova a cooperação entre os estudantes e docente, afirmando que:

(...) se não houver o trabalho de cooperação entre os alunos mais e menos avançados, entre os alunos que têm maior predisposição para certas disciplinas e os que têm para outras, enfim, se não houver a possibilidade do professor não ser o único ensinante dentro da sala de aula, é impossível conseguir práticas de diferenciação pedagógica. (NÓVOA, 2007, p.10)

Portanto para que a pedagogia escolar alcance os objetivos da educação contemporânea, é necessário que estimulem as crianças a aprenderem a estudar, como ressalta o entrevistado ao afirmar que acredita ser necessário que o professor contribua com o crescimento do estudante buscando construir conhecimentos relacionados à solidariedade e cidadania.

Como percebe-se, Eliei concorda com a ideia expressa por Nóvoa(2007) que aponta em sua análise a necessidade da sociedade moderna defendendo que a escola é uma instituição que auxilia o sujeito na construção de uma nova identidade profissional, buscando construir metodologias que auxiliem no processo de inclusão, possibilitando aos estudantes diferentes alternativas de adquirirem o conhecimento, não deixando de ressaltar que “a pior discriminação, a pior forma de exclusão é deixar a criança sair da escola sem ter adquirido nenhuma aprendizagem, nenhum conhecimento, sem as ferramentas mínimas para se integrar e participar ativamente das sociedades do conhecimento” (NÓVOA ,2007, p.12).

Diante destas prerrogativas de Nóvoa (2007) sobre o ser professor, buscou-se compreender Eliei e suas perspectivas diante da nova carreira por ele escolhida sendo ressaltado pelo acadêmico entrevistado que o mesmo se chegar a ser professor pretende:

“(…) deixar os meus estudantes, com um olhar crítico perante a tudo. O “diferente” como normal, isto é, pessoas que necessitam de determinado apoio como pessoas que também precisam de amigos e carinho. Também pretendo voltar minhas aulas para o lado crítico, não só fazer com que os estudantes tenham uma ótima profissão, esquecendo sua função de cidadão perante a sociedade, mas também quero que eles se tornem críticos, e que vejam os “diferentes” de forma respeitosa, que tenham empatia com o próximo. Ele tendo ou não necessidades especiais (Eliel, 2017).”

Essa ideia de desenvolver a autonomia, a capacidade crítica, valorização da cultura e conhecimentos do estudante correlaciona-se com as ideias de Freire (1996) que aponta ser importante que o professor respeite “os saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares” (FREIRE, 1997, p.16).

Quando Eliel cita a seguinte prerrogativa “*pessoas que necessitam de determinado apoio, como pessoas que também precisam de amigos e carinho*” (Eliel, 2017) percebe-se implicitamente que o acadêmico acredita no que Freire (1996, p.72) afirma ao dizer que “Ensinar exige querer bem aos educandos”.

Ainda que Eliel ressalte que no momento não objetiva a carreira docente, pode-se afirmar que, sua fala carrega concepções de grandes autores como Nóvoa (2007) e Freire (1996) tendo em seu conhecimento acadêmico elementos que irão auxiliá-lo na construção do Eliel Professor, sendo que o mesmo acredita que, se futuramente decidir seguir com a carreira docente após finalizar o Curso de Letras é certo que será um professor dedicado, amoroso e com muito a ser compartilhado com seus estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscamos apresentar a história de vida, os acessos e desafios de um acadêmico cadeirante na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, unidade de Jardim - MS. Por meio de entrevistas com esse acadêmico com questões abertas foi possível compreender que o processo de inclusão dele foi realizado com algumas dificuldades, alguns desafios, porém no final alguns obstáculos foram vencidos, graças à habilidade de adaptação e resiliência do acadêmico, que transmite sua positividade diante das dificuldades porque passou desde seu acidente, e evidencia a importância da inclusão vivenciada principalmente por ele em ambiente escolar.

Durante a pesquisa percebe-se que o vivenciar da formação escolar e interagir com os demais colegas para ele tiveram efeitos positivos, sentir-se parte da sociedade, ser motivado por diferentes profissionais e amigos também o estimulou a constantemente lutar e enfrentar seu auto preconceito, o se ver diferente ainda hoje é citado por ele como uma das maiores problemáticas ainda a ser enfrentada, e percebe-se também que como cadeirante seu grande desafio está na acessibilidade, pois tanto na escola quanto na faculdade o espaço físico e as poucas adaptações não lhe proporcionam o acesso pleno ao direito de ir e vir, pois limitam o espaço em que o mesmo pode interagir e desenvolver-se social, cultural e pessoalmente.

Outro fato identificado foi que em ambiente universitário, e durante a disciplina Educação Especial, o cadeirante se viu dentro da perspectiva da inclusão, permitindo refletir sobre as demais dificuldades enfrentadas por outros indivíduos com deficiência, mesmo em uma sociedade em plena mudança e com um constante estágio de transformação no que se refere à inclusão, o sentir-se diferente é um obstáculo, como destacado durante esta pesquisa.

Todavia, dissertar sobre a inclusão de um sujeito com deficiência seja em qualquer ambiente, é estar ciente que é um assunto de ampla discussão e reflexão. Cabe a nós, futuros professores buscarmos reconstruir e repensar o processo de prática pedagógica e a integração desses estudantes em sala de aula, uma vez que, mesmo com muito trabalho, esforço e resultados positivos, há a consciência e a clareza de que sempre existirão desafios e algo a ser melhorado na busca por uma educação efetiva.

REFERÊNCIAS

ARECO, Alissandra Vargas. **O programa de Iniciação a docência no curso de Letras em Jardim MS: Algumas observações sobre a formação docente.** Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Jardim, 2013.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Educação Especial: dialogo e pluralidade.** Editora Mediação. p 23.

BARBOSA, Kátia Maria de Aguiar. **Observação, coparticipação e regência de classe: Organizando o estágio supervisionado no ensino fundamental.** 2004. Disponível em:http://xa.yimg.com/kq/groups/22190631/1312393096/name/ANEXO+2+DA+ATIVIDADE+TE%3%93RICOPR%3%81TICA++EST%3%81GIO+SUPERVISIONADO+NO+ENSINO+FUNDAMENTAL_C9.pdf.>Acesso: out,2017.

BASEI, Andréia Paula. CAVASINI, Grezieli Fátima. **A Inclusão Escolar e as Condições de Acessibilidade: Um Estudo Preliminar na Região Sudoeste do Paraná.** Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc. Ano 16 - Volume 16 - Número 1 - Janeiro/Março 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN**, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996

DECLARAÇÃO DA GUATEMALA. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Guatemala, 1999.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Espanha: Salamanca, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática Educativa.** Editora:Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente.** In: NOVOA.A.(Coord).Os professores e sua formação.3ª Edição. Ed. Lisboa: Dom Quixote,1997.p.9-33.

OLIVEIRA, Diogo Ramos de. TAVARES, Priscila Coelho.SANTOS, Reinado Romanini dos. **Reflexões sobre acessibilidade arquitetônica nas escolas e sua implicação na inclusão escolar.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 19 - Nº 193 - Junior de 2014.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Habilitação Português/Inglês, 2012. Disponível em:

<http://www.portal.uems.br/graduacao/curso/letras-portugues-ingleslicenciatura-jardim/projeto_pedagogico> Acesso em 20 de Julho de 2017.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Revista Educação do Ideau. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010.

SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Bem-vindo à escola: a inclusão nas vozes do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade**, 2013 Disponível em http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo_542346c163783.pdf, Acesso em 06 de Novembro de 2017.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

1. Título do projeto de Pesquisa: Acessos e desafios de um acadêmico cadeirante do curso de Licenciatura em Letras da unidade universitária de Jardim-MS.

2. Delineamento do Estudo e Objetivos: O objetivo desse estudo é conhecer a história de vida deste acadêmico, compreender quais os acessos e desafios encontrados nas questões arquitetônicas, sociais e outros, durante sua história escolar e seu processo de formação profissional, traçando uma relação da realidade com as legislações e propostas de inclusão vigentes.

3.Procedimentos de Pesquisa: Essa pesquisa é de cunho qualitativo e apresenta-se como um estudo de caso e foi utilizado o seguinte instrumento de pesquisa: Entrevista semiestruturada com o acadêmico visando buscar e obter informações de caráter pessoal do cadeirante, dando maior ênfase às informações que poderão revelar os seus acessos e desafios nesta caminhada acadêmica.

4.Garantia de Acesso ao protocolo de Pesquisa: Em qualquer etapa de desenvolvimento do protocolo os sujeitos participantes terão acesso a equipe de pesquisadores e ao coordenador geral da pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O responsável do protocolo de pesquisa é a acadêmica Sâmela Nunes e Souza que pode ser encontrada pelo telefones (67) 99814-0745 se por ventura você tiver alguma dúvida quanto aos procedimentos éticos envolvidos na pesquisa, por favor, queria entrar em contato com o (a) orientador (a) da pesquisa, Professor (a) Dra Patrícia Alves Carvalho (67) 3922-2001.

5.Garantia de Liberdade: É garantida aos sujeitos participantes a liberdade de retirar a qualquer momento seus consentimentos de participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal.

6.Garantia de Confidencialidade: Os dados relativos da pesquisa advindas dos depoimentos descritos serão analisados conforme a metodologia da pesquisa exploratória, sem identificação dos sujeitos participantes.

7.Garantia do acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa: É direito dos sujeitos participantes, e dever da equipe de pesquisadores, mantê-los (a) informados (a) sobre o andamento da pesquisa, mesmo que de caráter parcial ou temporário.

8.Garantia de Isenção de Despesas e/ou Compensações: Não há despesas pessoais para os sujeitos participantes em nenhuma etapa da pesquisa, como também não há compensações financeiras ou de qualquer outra espécie relacionadas à sua participação. Caso haja alguma despesa adicional, esta será integralmente absorvida pelo orçamento da pesquisa.

9.Garantia Científica Relativa ao Trabalho dos Dados Obtidos: Há garantia incondicional quanto a preservação exclusiva da finalidade científica do manuseio dos dados obtidos.

CONSENTIMENTO

Eu, Ével Sidreia Menezes dos Santos, declaro para os devidos fins que fui suficientemente informado (a) a respeito do protocolo de pesquisa em estudo e que li, ou que foram lidas para mim, as premissas e condições deste termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Concordo em participar da pesquisa proposta por intermédio das condições aqui expostas e a mim apresentadas pela pesquisadora Sâmela Nunes e Souza. Declaro ainda que ficaram suficientemente claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, a ausência de desconfortos ou de riscos físicos e/ou psíquicos e morais, as garantias de privacidade, de confidencialidade científica e de liberdade quanto a minha participação, de isenção de despesas e/ou compensações, bem como a garantia de esclarecimentos permanentes.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.

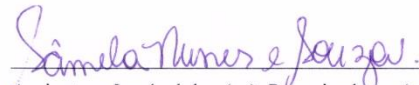


Assinatura do Sujeito Participante

Jardim, MS 13/12/2017

DECLARAÇÃO

Declaro que obtive livremente, de forma apropriada e voluntariamente, o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) do sujeito em questão, para efetiva participação na pesquisa.



Assinatura Legível dos (as) Pesquisadores (as)

Jardim, MS 13/12/2017

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA O ACADÊMICO CADEIRANTE

1-Como foi a sua infância antes e depois do acidente?

2-Como foi o período de adaptação e aceitação após o acidente?

3-Quais os acessos e desafios encontrados na sua trajetória escolar, entre ensino fundamental e ensino médio?

4-Como se deu o processo para ingressar na universidade?

5- Como foi esse período de formação acadêmica? Quais os acessos e desafios?

6- Quais as dificuldades que você encontra, em termo de acessibilidade, na UEMS?

7- Você pretende exercer a profissão de ser professor?

8- Quais as contribuições que você espera deixar aos estudantes a partir da sua história e da formação que você teve?

10- De que maneira a formação a partir de um currículo que traz a disciplina de educação especial contribuiu com sua formação?
